

**RE nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.711.897 - MG  
(2017/0304757-0)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROCURADOR** : RAQUEL CORRÊA DA SILVEIRA GOMES E OUTRO(S) -  
MG075445  
**RECORRIDO** : CRISTINA CASSIMIRO DIAS  
**ADVOGADO** : CARLOS HENRIQUE VIEIRA - MG106377

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AFRONTA AOS ARTS. 37, § 2º, E 39, § 3º, DA CF/1988. CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. IRREGULARIDADE. DIREITO AO FGTS. **TEMAS 191, 308 E 916/STF**. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso extraordinário, interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 456):

ADMINISTRATIVO. FGTS. NULIDADE DE CONTRATO POR AUSÊNCIA DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. DIREITO AO LEVANTAMENTO DOS SALDOS FUNDIÁRIOS.

1. No julgamento do RE 765.320 (Relator: Min. Teori Zavascki, Repercussão Geral - mérito, Public. 23-9-2016), o STF reafirmou, para fins de repercussão geral, sua jurisprudência no sentido de que "a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS".

2. A Primeira Seção do STJ, quando do julgamento do REsp 1.110.848/RN, da relatoria do Ministro Luiz Fux, na sistemática do art. 543-C do CPC, reafirmou a orientação de que a declaração de nulidade do contrato de trabalho, em razão da ocupação de cargo público sem a necessária aprovação em concurso público, equipara-se à ocorrência de culpa recíproca, gerando para o trabalhador o direito ao levantamento das quantias depositadas na sua conta vinculada do FGTS.

3. Agravo Interno não provido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 1.154 a 1.161).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.167 a 1.181), sustenta o recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada, bem como há afronta aos arts. 37, § 2º, e 39, § 3º, da CF/1988.

Aduz que, no julgamento da ADI nº 4.876/DF foi declarada "a inconstitucionalidade das efetivações levadas a cabo a partir da LC 100/2007, e não dos contratos temporários. São coisas completamente distintas e que não guardam entre si qualquer ligação! Em momento algum da decisão o excelso Pretório nulifica os contratos temporários firmados entre o Estado e os servidores da educação que vieram a ser efetivados com a vigência da LC 100/2007" (fls. 1.173 e 1.174).

Sustenta que "é fora de dúvida que o STF, no julgamento da ADI 4.876, não declarou a nulidade dos contratos temporários entre os servidores efetivados pela LC 100/2007 e o Estado de Minas Gerais, os quais continuaram a exercer suas funções até o fim do prazo da modulação dos efeitos. Declarou, apenas, a inconstitucionalidade das efetivações desses servidores, o que é bem diferente" (fl. 1.175).

Afirma que "a hipótese dos presentes autos difere daquelas que apreciadas no RE 765.320 (Tema 916 da Repercussão Geral), DJ 21/09/17 e RE 506.478/RR (Tema 191 da Repercussão Geral), DJ 01/03/13. O RE 765.320/MG, julgado sob o rito da repercussão geral e RE 596.478/RR analisaram, tão somente, o direito de servidores contratados por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, nas hipóteses em que descumprido os requisitos de validade da contratação, a teor do art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, de receberem o FGTS" (fls. 1.175 e 1.176).

Alega que "o presente caso trata, portanto, da efetividade de servidora não concursada. Não versa sobre contratos temporários declarados nulos por afronta ao art. 37, IX, da CF/88" (fl. 1.179).

Requer, por fim, seja conhecido e provido o presente recurso extraordinário, "por violação aos artigos 37, §2º e 39, da CF/88 a fim de que se opere a reforma integral do acórdão recorrido, restabelecendo-se o acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais" (fl. 1.181).

As contrarrazões foram apresentadas (fls. 1.188 a 1.218).

**É o relatório.**

**O recurso extraordinário não comporta seguimento.**

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 596.478/RR, reconheceu a repercussão geral e afirmou "ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na conta de trabalhador cujo contrato com a Administração Pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde que mantido o direito ao salário" (Tema 191).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Recurso extraordinário. Direito Administrativo. Contrato nulo. Efeitos. Recolhimento do FGTS. Artigo 19-A da Lei nº 8.036/90. Constitucionalidade.

1. É constitucional o art. 19-A da Lei nº 8.036/90, o qual dispõe ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na conta de trabalhador cujo contrato com a Administração Pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde que mantido o seu direito ao salário.

**2. Mesmo quando reconhecida a nulidade da contratação do**

**empregado público, nos termos do art. 37, § 2º, da Constituição Federal, subsiste o direito do trabalhador ao depósito do FGTS quando reconhecido ser devido o salário pelos serviços prestados.**

*3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento.*

(RE 596.478, Relator p/ Acórdão: Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 13/6/2012, repercussão geral – mérito DJe-040, divulgado em 28/2/2013, publicado em 1º/3/2013, EMENT VOL-02679-01 PP-00068.)

Ao julgar o Tema 308, o STF novamente estabeleceu que a contratação sem a observância da regra do concurso público geraria o direito à percepção do FGTS.

Confira-se a ementa do julgado:

CONSTITUCIONAL E TRABALHO. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM CONCURSO. NULIDADE. EFEITOS JURÍDICOS ADMISSÍVEIS EM RELAÇÃO A EMPREGADOS: PAGAMENTO DE SALDO SALARIAL E LEVANTAMENTO DE FGTS (RE 596.478 - REPERCUSSÃO GERAL). INEXIGIBILIDADE DE OUTRAS VERBAS, MESMO A TÍTULO INDENIZATÓRIO.

1. Conforme reiteradamente afirmado pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição de 1988 reprova severamente as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, cominando a sua nulidade e impondo sanções à autoridade responsável (CF, art. 37, § 2º).

**2. No que se refere a empregados, essas contratações ilegítimas não geram quaisquer efeitos jurídicos válidos, a não ser o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.**

*3. Recurso extraordinário desprovido.*

(RE 705.140, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 28/8/2014, acórdão eletrônico repercussão geral – mérito DJe-217, divulgado em 4/11/2014, publicado em 5/11/2014.)

Ainda, ao julgar o Tema 916, reafirmando sua jurisprudência e ampliando as situações jurídicas que legitimam a percepção do FGTS, o Supremo estabeleceu que "a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS".

Confira-se:

ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO.

EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.

1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que **a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.**

2. *Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria.*

(RE 765.320 RG, Relator Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/9/2016, processo eletrônico repercussão geral – mérito DJe-203, divulgado em 22/9/2016, publicado em 23/9/2016.)

*In casu*, o acórdão recorrido concluiu que o contrato firmado pela administração pública com a ora recorrida foi irregular (fl. 458), fato que autoriza o levantamento dos depósitos efetuados a título de FGTS, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sob o rito da repercussão geral (Temas 191/STF, 308/STF e 916/STF).

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", segunda parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
Vice-Presidente